Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Governo do Estado do Pará
 Origem: 2º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticada pelo Governo do Estado do Pará, em razão do pagamento do valor de R\$ 21.000,00 ao atleta Lyoto Machida.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme Enunciado n.º 03/2019-CSMP, visto que não ficaram comprovadas irregularidades, praticadas pelo Governo do Estado do Pará, referentes à contratação do atleta Lyoto Machida para conduzir a tocha olímpica em 2016 e realizar palestra no PROPAZ. 3.5.4. Processo nº 000528-040/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Espaço Multieventos

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar possível infração ambiental consistente na prática de poluição sonora ocasionada pelas atividades do estabelecimento "Espaço Multieventos" na cidade de Castanhal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, devendo promover-se a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para os ulteriores de direito, em observância ao disposto na Súmula nº 002/1998-CSMP, por se tratar de fatos iminentemente criminais.

3.5.5. Processo nº 000016-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Reitor da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Contrato Nº 04/2004, celebrado entre a UEPA e a empresa Amazon Card's, para fornecimento mensal de vale alimentação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, VII do Regimento Interno do CSMP e art. 57, da LC nº 057/2006, bem como atenção aos Enunciados 03 e 09/2019-CSMP, uma vez que não foi possível apurar irregularidades no Contrato nº 04/2004, celebrado entre a UEPA e a empresa Amazon Card's, não restando presentes elementos ou indícios que indiquem a ocorrência de ato de improbidade.

3.5.6. Processo nº 000194-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Investigar a legalidade do repasse de recursos ao Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém através do Convênio.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, de acordo com o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

3.5.7. Processo nº 001101-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Carlos Gomes

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Fundação Carlos Gomes, apontadas pelo relatório de auditoria Nº 061/2009.

O item foi adiado a pedido do Exmo. Conselheiro Relator.

3.5.8 Processo nº 002028-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Origem: 4º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da SEDUC no que tange ao descumprimento do limite orçamentário imposto por lei em relação a serviços de vigilância, contratos de telefonia móvel, de reprografia e de passagens aéreas.

O item foi retirado de pauta a pedido da Exmo. Conselheiro Relator.

3.5.9 Processo nº 000908-125/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unimed Belém

Origem: 3º PJ do Consumidor da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades no atendimento de urgência e emergência da Unimed Belém - Unidade Doca de duas pacientes que vieram a óbito.

O item foi retirado de pauta a pedido da Exmo. Conselheiro Relator.

3.5.10. Processo nº 000007-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar sobre sumiço de 60 computadores e móveis sem a correspondente determinação para apuração pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, de acordo com o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

3.5.11. Processo nº 000224-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-Pa)

Origem: 1ª PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar indícios de irregularidades em relação ao contrato nº 26/2017 (Pregão Eletrônico 11/2016), para fornecimento de solução integrada de TI para análise de dados e inteligência analítica.

O item foi adiado a pedido do Exmo. Conselheiro Relator.

3.5.12. Processo nº 000512-808/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA)

Origem: 7ª PJ Cível de Altamira.

Assunto: Apurar possível dano efetivo ou potencial a direitos coletivos ou difusos da população de Altamira no que se refere à potabilidade da água fornecida pela COSANPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme Enunciado 1/2019-CSMP, visto que tramita na Promotoria de origem o Procedimento Administrativo nº 000609-808/2015, com o mesmo objeto, e identificada a continência deve ser procedida a reunião dos apuratórios para tramitação e resolução conjuntas.

3.5.13 Processo nº 001290-710/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Bunge Alimentos S/A

Origem: 2ª PJ de Barcarena

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, às margens do furo do Arrozal, protagonizado pela Empresa Bunge Alimentos S.A.

O item foi retirado de pauta a pedido da Exmo. Conselheiro Relator.

Registrou-se a presença, nos itens 3.5.1 ao 3.5.13, dos seguintes Membros: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Presidente do Conselho Superior; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Leila Maria Marques de Moraes, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame (relator). O Corregedor-Geral do Ministério Público, Jorge de Mendonça Rocha, estava presente nos itens 3.5.1 ao 3.5.5.

4. O que ocorrer.

A Exma. Conselheira Relatora, Dra. Maria da Conceição de Mattos Sousa pediu a palavra para dar ciência do pedido formulado pelo Promotor de Justiça, Dr. Marcelo Batista Gonçalves, atinente ao SIMP nº 000018-012/2020. Explanou que o referido Membro pediu adiamento para o começo de seu afastamento, para frequentar Curso de Mestrado "Stricto Sensu", em Direito Constitucional, na Pontifícia Universidade Católica PUC-SP e com isso, considerando que não há prejuízo para Instituição, DEFERIU o adiamento do afastamento a contar do dia 01/10/2020 até 30/09/2022.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO do deferimento do pedido formulado pelo Promotor de Justiça Marcelo Batista Gonçalves.

Nada mais foi deliberado.

Belém-PA, 21 de setembro de 2020.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 582006

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Extrato da PORTARIA Nº 024/2020-MP/PJCP

A Promotora de Justiça da cidade de Concórdia do Pará, Naiara Vidal Nogueira, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, através da PORTARIA Nº 024/2020-MP/PJCP (SIMP 000037-139/2020), que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará, situada na Rua Bezerra de Menezes, nº 280, Bairro Nova Aurora, CEP: 68685-000, Concórdia do Pará/PA.

PORTARIA Nº 024/2020-MP/PJCP

Objeto: ACOMPANHAR OS MENORES ISAILTON MACIEL SEABRA E VAGNER MACIEL SEABRA, QUE SE ENCONTRAM EM CONFLITO COM A LEI, FAZENDO USO DE DROGAS.

Protocolo: 581848

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Extrato da PORTARIA Nº 022/2020-MP/PJCP

A Promotora de Justiça da cidade de Concórdia do Pará, Naiara Vidal Nogueira, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, através da PORTARIA Nº 022/2020-MP/PJCP (SIMP 374-139/2020), que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará, situada na Rua Bezerra de Menezes, nº 280, Bairro Nova Aurora, CEP: 68685-000, Concórdia do Pará/PA.

PORTARIA Nº 022/2020-MP/PJCP

Objeto: ACOMPANHAR IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL GENÉTICO DE QUE TRATA O ARTIGO 9-A DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

Protocolo: 581856